## Governo eleito ganha fôlego para aprovar regra fiscal



te da Câmara, Arthur Lira, fala ao celular com o ministro da Casa Civil de Bolsonaro, Ciro Nogueira, durante a votação da PEC Adriano Machado / O Anta,

## Congresso promulga PEC, e Lula ganha fôlego para negociar nova âncora fiscal

Texto viabiliza Bolsa Família de R\$ 600 e facilita caminho para futuro governo rever teto de gastos

Cézar Feitoza, João Gabriel e Thiago Resende

e Imago Resentor

BRASILIA O Congresso Nacional concluiu nesta quartafeira (21) a aprovação da PEC 
(proposta de emenda à Constituição) da Gastança, que 
expande o teto de gastos 
por um ano para o cumprimento de promessas do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Além de aliviar a pressão 
sobre o Orcamento, o exto

sobre o Organiento, o texto facilita o caminho para Lular cacto por la cato protecto gassactiva del protecto gassactiva del protecto gassactiva del protecto gassactiva del protecto gassactiva per medical por la cacto gassactiva del protecto de gastos la provada o teo de gastos. A PEC da Gastança amplia oteto de gastos en RS 14,5 lilho esno próximo ano. O texto ainda autoriza RS 25 lilho es montra la cacto gastos en RS 14,5 lilho esno próximo ano. O texto ainda autoriza RS 25 lilho es minvestimentos for ada regra fisscal — o valor se refere ao excesso de arrecadação que o governo celeito pretende pagar os RS 600 do Bolas Familia mais RS 150 para cada familia comerianças de até seis anos. A votação da PEC na Câmara começou na terça-feira (20), após acerto entre deputados e alidados de Lula, com avotação em primeiro turno. Nesta quarta feira, so fietito o segundo turno, e a propostados e adiadado por 33 a 16,2 Eram necessários, no minimo, 308 votos favoráveis. Nechum destaque (sugestão de mudança pontual no texto) foi aprovado. O texto teve de ser reanalisado ainda nesta quarta pelo Senado, já que ele foi alterat-ado, pelos deputados — foi desidatado, com a validade e reduzida de dois anos para um. Lá, ele foi aprovado nova enente, agora por 6 votos a 11 no primeiro turno e 65 at 11 no primeiro turno e

11 no primeiro turno e 63 a 11 no segundo —eram neces-sários 49 . Ainda foi derru-bado um destaque que pre-tendia alterar a redistribui-ção de emendas de relator— que foram declaradas incons-

titucionais pelo SIF (Supremo Tribunal Federal) na segunda-feira (19).
Logo após a sessão do Senado, o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), convocou o Congresso para promulgar a proposta, o que aconteceu ainda na noite desta quarta — assim, o Orgamento será debatido nesta quinta-feira (21) já com o texto da PEC publicado no Diário Oficial. Não estavam presentes o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ou representantes da equipe de transição de governo. A conclusio da PEC foi viabilizada após Lira conseguir ma cordo como Republicanos para evitar uma nova desidratação do texto.
Um destaque a apresentado pelo Rovo buscava retirar a possibilidade de o governo delico apresentar, ató o pelo Rovo buscava retirar a possibilidade de o governo delico apresentar, ató o pelo Rovo buscava retirar a possibilidade de o governo delico apresentar, ató o pelo Rovo buscava retirar a possibilidad de o governo delico apresentar, ató o pelo Rovo buscava retirar a possibilidad de o governo delico apresentar, ató o pelo Rovo de gastos por um projeto de lei complementar.

Partidos como PSDB e Cidadania, que haviam apoiado a PEC, foram favoráveis ao destaque. O agumento central é que o dispositivo fragiliza o processo de escolha de áncoras fiscais e facilita para o futuro governo petista se desfaque. O agumento central é que o dispositivo fragiliza paro se futuro governo petista se desfaque. O agumento central é que o Republicanos, contrario à PEC no primeiro turno, não apoiasse o destaque. Auxillares de Lula então retomaram a articulação como representantes do presidente do Republicanos, deputado Marços Pereira (SP), foi procurado pelo deputado fose Guimaries (PT-CE), pelo senador Jaques Wagner (PT-BA) e pelo futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad.
O partido reciamou da falta de diálógo com representantes do presidente do lecito, que negocia espaço no novo governo com ourtas siglas. O plano é ampliar a articulação com o Republicanos, con-

do a porta aberta para que, no futuro, a legenda possa

## O ponto a ponto da PEC

Como o relator do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), pretende repartir os recursos: Em bilhões de R\$

Ministério da Cidadania 75 (para o Bolsa Família)



Distribuição das emendas de relator em 2023

O valor inicial, de R\$ 19.4 bilhões, será dividido em:

R\$ 9,6 bilhões R\$ 9,8 bilhões
devem virar emendas individuais voltam ao orcam

deixar de ser independente e passar a ser base de Lula. Na votação, 40 parlamentares da sigla foram contra o destaque do Novo, que acabou derrubado por 366 a 130. Portanto, foi mantido o dispositivo que prevê que o Executivo irá enviar uma nova proposta de regra fiscal até 31 de agosto de 2023. Quando aprovada essa nova regra (por projeto de lei complementar), será revogado da Constituição o teto atual.

voltam ao orçamento dos ministérios (com indicação do relator do Orçamento)

Haddad afirmou nesta quarta, após a aprovação da PEC da Gastança, que preten-de enviar ao Congresso uma proposta de novo arcabou-ço fiscal "boa, consistente e viável" no primeiro semes-tre de 2023. A leitura feita pela equi-pe de Lula é que a inclusão do instrumento reforçaria o compromisso do novo gover-nocom a reformulação do ar-cabouço fiscal.

cabouço fiscal. O relator do Orçamento de

223, senador Marcelo Castro (MDB-PI), ainda deve recompor programas como o Farmácia Popular e O Minha Casa, Minha Vida e reajustar o salário mínimo acima da inflação.

Em um desenho inicia feito pelo relator, o aumento do teto de gastos servirá para discribuir recursos para os orgamentos do Ministério da Saúde (B/S 22,7 bilhões), Desenvolvimento Regional (B/S 18,8 bilhões), Infraestrutura (RS 12,2 bilhões), entre outros.

Por acordo entre líderes partidários, a Câmara desidratou a PEC da Gastança. Inicialmente, o governo tinha interesse em manter o aumento do teto de gastos autorizado por, no mínimo, quatro anos.

O Senadoreduziu a validade

autorizado por, no mínimo, quatro anos.
O Senado reduziu a validade da medida para doisanos. Na Câmara, o prazo foi enxugado ainda mais, para um ano.
Pelos termos do acordo, que deve ser mantido pelo Senado, o Congresso irá distribuir os 18 %, polibli desprevistos para as emendas de relator em 2023 da seguinte for ma: metade fica sob o contro le dos parlamentares, engor dando as emendas individuais, e a outra metade voltará, e a outra metade voltará.

le dos parlamentares, engodando as emendas individuais, e a outra metade voltaria para o Executivo, repartindo o montante entre os ministérios.

Apesar da distribuição, lideranças do centrão afirmaramá há folha, sob reserva, que os recursos que voltarão aos ministérios devem ser utilizados como mocad para negociações políticas.

Assim, a cipula do Congresso conseguirá manter alguma influência sobre parte do valor realocado em articulação como os ministérios do governo eletro.

Ab longo desua tramitação, adarente de como de una memento exagerado no esta de apunta de como de una memento exagerado nos gastos públicos.

A desidratação do texto, na terça, foibem recebida pelos investidores o dolar, que já tivera forte queda na terça, fechou esta questa quarta a R\$ 5.20.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 12